

A fragilidade do discurso da neutralidade no planejamento da cidade: perspectiva de gênero e o espaço urbano

The fragility of neutrality discourse in city planning: gender perspective and urban space

Rogério Lucas Gonçalves Passos*

Resumo

Este trabalho propõe uma reflexão relacionada à perspectiva de gênero e o planejamento urbano, tendo como ponto o discurso de neutralidade técnica existente em sua elaboração. Partindo da premissa da inexistência do “sujeito neutro”, devido à sua corporificação, é possível notar contradições e problemáticas no discurso vigente, sendo essas influenciadoras das dinâmicas socioespaciais existentes.

Palavras-chave: Gênero; produção do espaço urbano; urbanismo com perspectiva de gênero.

Abstract

This paper proposes a reflection related to gender perspective and urban planning, focusing on the discourse of technical neutrality. Starting from the premise of the nonexistence of the “neutral subject”, due to its embodiment, it is possible to notice contradictions and problems in the current discourse, which influences the current socio-spatial dynamics.

Keywords: Gender; urban space production; gender perspective in urbanism.



Introdução

Atualmente, a temática sobre minorias oprimidas vem sendo discutida de maneira intensa nos meios de comunicação, embora seja pouco considerada no meio acadêmico no que diz respeito à sua inserção e influência na cidade. Os responsáveis por planejar o espaço parecem determinar entre considerar ou não os atores que se apropriarão desse. Esses responsáveis são representados, na maioria das vezes, por um grupo hegemônico bem específico: masculino, branco, cisgênero[1] e burguês. Ou seja, a cidade parece ser feita deles e para eles.

Esse artigo faz parte dos resultados de pesquisa do trabalho de conclusão de curso intitulado “Cadê a minoria que estava aqui?: estudo sobre o apagamento dos atores relacionados a gênero e sexualidade no Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte”, cuja intenção era analisar o processo de produção do Plano do Hipercentro de Belo Horizonte e compreender a abordagem e o desaparecimento de determinados atores sociais historicamente oprimidos que são nele tratados. Desse modo, farei aqui uma discussão sobre a abordagem da relação entre a perspectiva de gênero e o planejamento urbano, bem como sua relação com o dito discurso de neutralidade técnica existente em sua elaboração.

Assim como o trabalho original, adotarei como forma de metodologia escrita seu desenvolvimento em primeira pessoa, uma vez que eu, como autor, creio que, muitas vezes, as vozes das minorias estão ausentes das discussões acadêmicas, o que faz com que suas vidas possam ser coisificadas e exotificadas. Essa posição metodológica também foi adotada partindo da concepção de Silva (2013), de que o cientista, ser humano produtor do conhecimento, é um ser corporificado. Sendo assim, aquilo que é produzido pela ciência se realiza de determinado ponto de vista de um ser generificado e racionalizado.

Apontamentos iniciais

Historicamente, grupos pertencentes ao meio LGBTTQI+[2] e mulheres cis-hétero foram, e ainda são, excluídos de decisões das políticas urbanas, sendo desconsiderados também nas questões referentes ao planejamento urbano das cidades. Segundo Vieira (2013, p. 16), as experiências masculinas são consideradas como experiências de todos os seres humanos, sendo apresentadas como uma norma universal. Já o discurso urbanístico afirma que a cidade deve ser encarada com temáticas neutras no que diz respeito a várias perspectivas, incluindo o gênero entre elas. Com isso, podemos notar algumas problemáticas existentes nesse discurso.

Em primeiro lugar, os planejadores desses espaços são representados prioritariamente por homens cisgênero, de modo a atender e reforçar

1. Pessoa que se identifica com a identidade de gênero designada em seu nascimento. Sinônimo de cissexual. Abreviado como cis.

2. Acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Queer e Intersexuais. O sinal de + ao final é usado para englobar qualquer outra pessoa que não esteja coberta pelas outras seis letras iniciais.

uma ideologia patriarcal já existente. De acordo com Durán (2008), as perspectivas neutras têm um peso sobre o conhecimento dos sujeitos, sendo que há uma generalizada pretensão de converter algumas perspectivas particulares em universais. Contudo a suposta perspectiva neutra e universal tem gênero e idade, etnia e língua. Com isso, uma vez que o sujeito desse conhecimento não é neutro, ele contraria o referido discurso urbanístico vigente, pois o dito “sujeito neutro” é corporificado, dotado de uma série de atributos predeterminados.

Adotarei aqui o conceito de planejamento urbano utilizado por Duarte (2013), o qual não se aprofunda na questão semântica da palavra e de seus termos correlatados, e o definirei como o conjunto de medidas tomadas para que sejam atingidos os objetivos desejados, tendo em vista os recursos disponíveis e os fatores externos que podem influir nesse processo. Assim, com o intuito de reduzir a desigualdade socioespacial e a segregação urbana, o planejamento urbano pode utilizar diversos instrumentos jurídicos, técnicos (desenvolvidos pelo urbanismo) e políticos, com gestão voltadas especificamente para essa finalidade. Mais ainda, entenderei esse, de acordo com Ribeiro & Cardoso (1994), como o conjunto dos princípios que orientam o “diagnóstico da realidade urbana”, bem como a definição da forma, objeto e objetivos das intervenções propostas para ele.

Segundo Del Valle (1997), assim como o conhecimento, há um sentido cultural na construção dos espaços que habitamos. Dessa maneira, eles não são neutros, sendo seu desenho limitado, hierarquizado e avaliado desde estruturas androcêntricas de poder. Massey (1994), de maneira complementar, afirma que esses espaços partem da concepção de uma identidade cultural masculina em consequência de um sistema de dominação. Com relação a produção do conhecimento relacionado à temática, Molina Petit afirma que:

Los principios de la arquitectura no son neutrales al género: el diseño de arquitectura ha sido realizado fundamentalmente por varones, atendiendo a las necesidades de los varones y los valores inherentes han sido transmitidos por varones que dominan las escuelas de arquitectura y escriben los libros de teoría arquitectónica. (MOLINA PETIT, 2003, p. 132)

Já o conceito de gênero é aqui compreendido como a relação estabelecida a partir da percepção sociocultural das diferenças biológicas entre os sexos, atribuindo a cada um desses papéis específicos na sociedade. Essas distinções são (re)produzidas a partir de oposição masculino/feminino e conseqüentemente relacionadas a outras dicotomias: grande/pequeno, forte/fraco, grosso/fino,

pesado/leve, gordo/magro, solto/tenso, dominante/dominado, acima/abaixo, ativo-penetrar/passivo-ser penetrado (BOURDIEU, 1999). Essas oposições/hierarquizações são arbitrárias e [sócio]historicamente construídas, sendo dotadas de clara hierarquia, enquadrando sempre o ser masculino e seus semelhantes nos valores julgados elevados, positivos e superiores (ANJOS, 2000).

Desse modo, a identidade de gênero não é algo neutro, acidental ou extrínseco, atuando fundamentalmente como uma proteção à norma hegemônica cis-heterossexista e misógina. Reflexões advindas de estudos provenientes de movimentos feministas e LGBTQI+ demonstram que o gênero é uma construção social, resignada por circunstâncias histórico-antropológicas e discursos sociais e, de maneira alguma, derivado de condições biológicas previsíveis estatisticamente. O sexo é biológico, já o gênero é o fazer, é a prática performada por um sujeito, “o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado” (BUTLER, 2003, p. 25). Ou seja, o gênero é um processo, e pode ou não corresponder ao sexo atribuído ao nascimento. Como afirma Cortés (2008, p. 137) sobre o conceito de gênero, “mais que estático e reativo, é inevitavelmente performático, sendo sempre posto em prática como uma complexa encenação de auto representação e auto definição”. O que nos leva à ideia de performatividade[3] com base em Butler (2003), que diz respeito às normas socialmente construídas que se impõem às pessoas e que são incorporadas por elas em atos repetidos no cotidiano. Sendo assim, é possível concluir que o gênero, algo tão complexo e arriscado de ser definido, pode ser entendido em sua totalidade em um dado momento histórico determinado, sendo esse fluido e dinâmico.

[...] el género no es a la cultura lo que el sexo es a la naturaleza; el género también es el medio discursivo/cultural a través del cual la “naturaleza sexuada” o “un sexo natural” se forma y establece como “prediscursivo”, anterior a la cultura, una superficie políticamente neutral sobre la cual actúa la cultura. (BUTLER, 2007, p. 55-56)

Nesses esquemas de classificação, a sexualidade é pensada de maneira instituída e pré-concebida, sempre presumindo o sujeito como “normal”, ou seja, o sujeito como heterossexual, estabelecendo uma ordem compulsória entre sexo, gênero e desejo, levando ao conceito da heterossexualidade compulsória[4] (RICH, 1993). Os papéis de gêneros aparecem como modelos de comportamento estabelecidos aos sujeitos em função do seu sexo biológico, com uma imposição direta de homem = masculino e mulher = feminino. Essa classificação se dá com base na já mencionada oposição e hierarquização masculino/feminino, realizando a contraposição ativo/passivo, remetendo a perspectiva sexual e de poder. Essas

3. Leia mais em “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”.

4. A autora propõe a ideia da heterossexualidade como uma instituição política que retira o poder das mulheres.

relações são corporificadas e a cultura dominante classifica e rotula valores e significados para o “grupo dos outros”, definindo, como afirma Silva (2013), as normas sociais que designam esse grupo, de forma degradante, como desviantes, impuros, feios, repugnantes, doentes e fora de ordem. Mais ainda, evidenciando a propensa dominação masculina e como o gênero é uma construção social e não algo biológico.

A partir dessas designações, o masculino é colocado no polo dominante e o feminino exatamente do lado oposto, uma vez que, dentro da estrutura ideológica provinda da cultura ocidental, patriarcal e cis-heterossexista, a masculinidade foi tradicionalmente estruturada como o gênero normativo ou único sexo. Com isso, a mulher/o feminino é apresentado como o fraco, o vulnerável, o estranho. Já o homem/o masculino, ao contrário disso, tem seu caráter associado ao forte, ao inatacável, ao natural, mostrando que cada gênero tem um caráter simbólico muito bem definido e hierarquizado, com clara evidência de superioridade. Bozon (1999) afirma que essa dominação tem como concepção que o homem é o sujeito e a mulher o objeto (o homem “come” a mulher); concepção estabelecida por meio dos papéis de gênero tendo como norte a rejeição da passividade, atitude tida como absolutamente feminina.

Green (2000) afirma que, até muito recentemente, a média dos brasileiros confundia homossexualidade masculina com efeminação. Ser homossexual era associado determinantemente às características tidas como femininas, à passividade. Ele explica que, segundo antropólogos, a preponderância dessa ideia é resultado do sistema de gêneros brasileiro, uma vez que esse é hierarquicamente estruturado de modo a dividir os homens em duas categorias distintas: o homem (tido como o homem “verdadeiro”) e o bicha. Essa relação binária, mais uma vez, espelha as categorias de gêneros heterossexualmente definidas, tendo como modelo o homem e a mulher, associando esses indivíduos ao “ativo” e ao “passivo”. A “passividade”, ao ser conferida ao sujeito, atribui-lhe a posição social da mulher. É importante ressaltar que em momento algum estou me referindo à passividade com referência sexual, mas sim como característica intrínseca atribuída a esse sujeito.

Os referidos papéis são estruturados a partir desses gêneros e articulados desde uma concepção patriarcal e hierárquica, sendo que o espaço que deve ser ocupado por cada gênero é definido a partir dessa determinação. Segundo Montaner e Muxí (2014), a cada um dos sujeitos é concedido um espaço: a casa e a cidade. Já Silva (2013) completa afirmando que os espaços são associados a um sentido bipolar, masculino/feminino, sendo que essas características de dualidade e oposição são reproduzidas criando outras associadas a elas: público/privado, sagrado/profano, local/global. Da tal forma que, para o sujeito masculino, é oferecido o espaço externo, o público, o irrestrito e, em contraponto, ao sujeito feminino é oferecido o espaço

privado, o âmbito residencial e restritivo, confinando-as fisicamente e/ou privando seus movimentos.

Silva (2013) afirma que, ao estabelecer essas relações de poder ditas corporificadas e aprisionar o “outro”, os grupos dominantes estão aptos a tomar sua posição como sujeitos desincorporados e sem marcas. Isso porque eles se constituem como a referência positiva a que todos os demais indivíduos da sociedade são comparados. Esses indivíduos estabelecem os espaços de dominação. Tendo em vista que o responsável pelo planejamento urbano normalmente é masculino, podemos afirmar que o sujeito desse conhecimento não é neutro, mas sim sexuado, e que o conhecimento produzido ao longo da história por esse sujeito, pretensamente universal, é unicamente um conhecimento masculino e falocêntrico, no qual as mulheres ou qualquer grupo que se aproxime das características atribuídas a elas não são reconhecidos. Ou seja, o homem tem incorporado sua identidade masculina como única identidade possível, negando ao feminino uma subjetividade própria (RIVERA GARRETAS, 1994).

O espaço urbano é um reproduzidor das dinâmicas que ali ocorrem não se restringindo a ser um “mero cenário no qual ocorrem coisas de vez em quando, mas o resultado conjunto da ação e do discurso dos diferentes setores sociais” (CORTÉS, 2008, p. 123), prevalecendo quase sempre o dominante, o opressor. Sendo assim, ainda segundo o autor, “tanto as pessoas como os espaços têm um gênero” (CORTÉS, 2008, p. 124). Ou seja, esses espaços não são lugares inertes, mas sim significativos na construção de identidades, onde as relações sociais e espaciais coexistem.

[...] o espaço urbano estabelece – em sua distribuição, utilização, transferência e simbolização – hierarquias e prioridades que favorecem determinados valores e anulam outros. Dessa forma, enquanto o trabalho e as atividades masculinas (bem como suas necessidades e prioridades) são o que organiza majoritariamente a casa e a cidade, ambos se adaptam aos movimentos, tempos e desejos da masculinidade, do mesmo modo que omitem as experiências diferentes ou dissidentes dessa masculinidade. (CORTÉS, 2008, p. 135)

Novas (2014) menciona que a ausência da abordagem de demandas sociais no campo da arquitetura é justificada por essa ser reconhecida como ciência exata de padrões estritamente funcionalistas e técnicos. Esse argumento se ampara em uma rigorosa objetividade científica que, somada a uma visão cultural patriarcal, teve como resultados a

negação das necessidades dos grupos sociais mais vulneráveis que se afastavam do modelo padrão adotado. Atualmente, os estudos de gênero relacionados à arquitetura e ao urbanismo são cada vez mais presentes, representando formas de análise social, cultural e espacial. Contudo, do mesmo modo que a produção da teoria da arquitetura, o espaço não é neutro.

Como afirma Montaner (2014), as janelas – reais ou metafóricas – são os espaços de acesso ao exterior destinado ao feminino, baseado em um modelo cultural dominante, impositivo e hierárquico. Com isso, a mulher vive o exterior por meio das experiências do homem da casa, observa e contempla a rua da janela e da televisão. O feminino não vive sua realidade e sim uma realidade mediada, desfrutada e vivida por outros, uma realidade que não lhe cabe, que oculta sua subjetividade e nega sua possibilidade de ser, uma vez que essa é a construção ideal buscada pelas hierarquias dominantes. Desse modo, o espaço exterior urbano é onde as mulheres desenvolvem os papéis complementares aos seus papéis socioculturalmente atribuídos.

O plano do hipercentro

O Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Políticas Urbanas com consultoria da empresa Práxis Projetos e Consultoria Ltda, no ano de 2007. Durante a sua elaboração, houve a colaboração de diversas Secretarias Municipais e da comunidade belo-horizontina, em especial aquelas que residem, trabalham ou mantêm algum vínculo com a região central. A área contemplada pelo Plano compreende os quarteirões correspondentes ao Hipercentro legal definido pela Lei nº 7166/1996 como macrozona de Belo Horizonte, acrescido do Parque Municipal, parte dos quarteirões ao longo do Ribeirão Arrudas, dois quarteirões da área hospitalar e quarteirões adjacentes à Av. Bias Fortes, como ilustrado na Figura 1 a seguir.

O objetivo principal do Plano do Hipercentro foi apontar soluções, desenho urbano e paisagismo que permitissem dinamizar o uso e ocupação da área, de forma a implementar a melhoria do ambiente urbano e a valorização das áreas públicas, conferindo-as condições e vida compatíveis com seu potencial e sua importância na cidade. Segundo informações presentes na documentação referente ao Plano, sua forma de construção deu-se de maneira coletiva mediante o que se chamou de um “pacto” entre a administração pública municipal e a comunidade. Isso foi feito com o objetivo de se buscar um Hipercentro “melhor”: ambientalmente mais qualificado, socialmente mais plural e mais dinâmico do ponto de vista econômico. Além disso, o Plano trata a área como principal referencial simbólico da cidade.

Ainda de acordo com informações encontradas no Plano, o Hipercentro

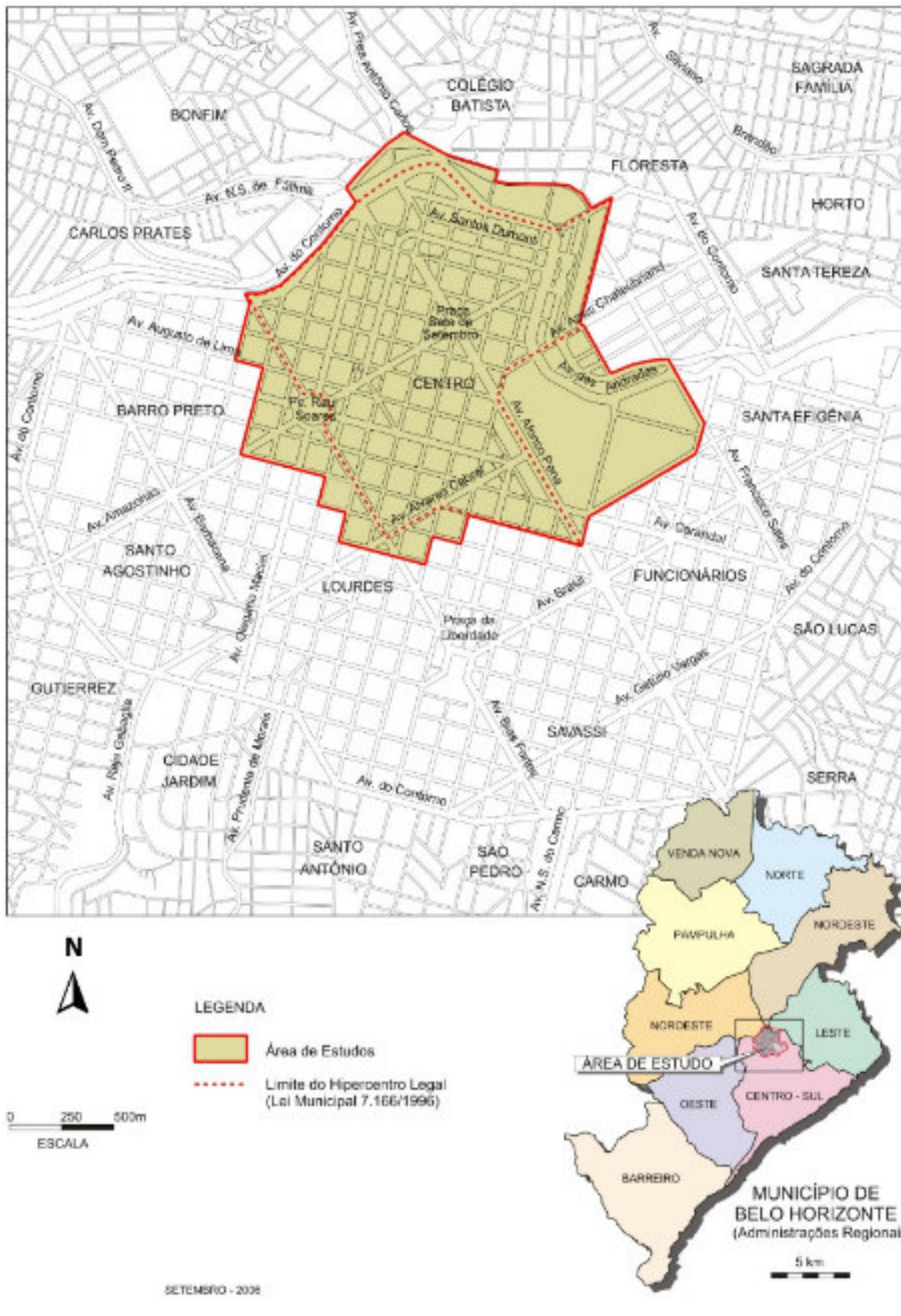


Fig. 1. Mapa com delimitação da área do Hipercentro. Fonte: PBH & PRÁXIS, 2007.

5. Haussman foi nomeado prefeito do Departamento de Sena (Paris) em 1853 e, sob o comando de Napoleão III, idealizou uma reforma radical que modificou a estrutura tradicional de *percements*, parcelamento por quarteirões, implementando na área central o desenho axial que modificou a estrutura local da cidade.

de Belo Horizonte é caracterizado como uma área abrangente e diversificada, não só no que se refere à ocupação e o uso dos espaços privados, mas também quanto às formas de uso do espaço público. De acordo com a pesquisa e realizada para sua formulação, a área continua a exercer função privilegiada no contexto da cidade como espaço democrático, propiciando diversas possibilidades de contato com os mais diferentes públicos. As dinâmicas urbanas ocorridas na área do Plano são descritas como formas de definição de territórios de apropriação, muitas vezes fluidos, efêmeros e superpostos, mas que contribuem para a construção de diferentes escalas de relacionamento humano, do local ao metropolitano. Ou seja, é entendido que os grupos identificados na composição dessas dinâmicas são de suma importância para o espaço analisado.

Segundo o Plano do Hipercentro, está nos centros urbanos a possibilidade da instauração de uma zona neutra da cidade, na qual grupos diversos interagem, sendo um ponto de contato privilegiado para trocas, para a festa e para o desenvolvimento de cultura, sendo que ali é explicitado que o termo “neutra” não aparece no sentido de “indiferente”, mas sim no sentido de imparcial. A zona neutra seria uma zona receptiva aos mais diversos modos de uso do espaço, onde a troca encontra um ponto passível de efetivação, propiciador da consciência, interlocução, reflexão e construção de novos valores. Contudo, essa neutralidade é baseada e criada por um sujeito pré-estabelecido, rompendo com o discurso vigente dessa “zona neutra”.

Urbanismo tecnicista e perspectiva de gênero

Desde muitos anos, procura-se, em grande parte, a criação de cidades por meio de um planejamento urbano onde os espaços estarão desobstruídos, assépticos e puros, que causará privações em seus ocupantes. Como afirma Sennett (1997), os planejadores urbanos da época da Revolução Francesa, por exemplo, tentaram criar espaços abertos e desprovidos de obstáculos naturais ao movimento e à visão. Esses espaços, dotados de tais características, permitiam a máxima vigilância policial à multidão. Anos após, seguindo e materializando essas mesmas ideias, o barão Haussmann [5] executou o maior projeto de renovação urbana dos tempos modernos: a reforma urbana parisiense. Vias mais largas foram abertas, de maneira a possibilitar maior fluxo de veículos, houve a separação dos bairros pobres dos bairros ricos, além de todas as medidas tomadas, em conjunto, permitirem um maior controle das pessoas. Essa forma de planejamento urbano quase militar reflete a força masculina e comprova a imposição sobre a sociedade por meio da criação de um espaço limpo e de fácil domínio, permitindo um importante controle social da população da cidade. Por meio dessa organização espacial, busca-se construir uma cidade tida como perfeita, na qual a feiura e a desordem não existam, onde a cultura arquitetônica tradicional realça

os papéis do homem e seu poder social, e, mais ainda, mantém reprimida a sexualidade no espaço, conservando-o limpo, estéril e organizado.

Em uma de suas obras, Foucault (2013) traça a relação entre corpo e poder demonstrando a construção, fabricação e modelação que são impostas aos corpos dos indivíduos de modo a docilizá-los. Isso é feito com o propósito de normalização e regulação da sociedade de modo a negar a subjetividade dos indivíduos. O autor utiliza o exército e suas práticas como um exemplo do que ele vem a chamar de sociedade disciplinar de controle, cujo corpo do indivíduo passa a ser visto como objeto. O poder utilizado para essas imposições é uma estratégia de localização e controle dos corpos dóceis, de modo que esses, bem como os sujeitos, sejam moldados com base em um conjunto de regras de obediência e subserviência, com a finalidade de ter uma função. Aos métodos utilizados para que se obtenha o controle detalhado e silencioso das operações ligadas aos corpos, impondo-lhes uma relação de docilidade-utilidade, é o que podemos compreender como “disciplina” (FOUCAULT, 2013).

Sabe-se que os processos disciplinares existem nas cidades há vários anos, como nos conventos e nos exércitos. No entanto, ao longo dos séculos XVII e XVIII, esse processo tornou-se uma forma geral de dominação radical dos indivíduos no meio social. O autor argumenta que a escola e o exército funcionam como repressores de toda micropenalidade de tempo, da atividade, da maneira de ser, dos discursos, do corpo e da sexualidade. Ao mesmo tempo, é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis que vão desde o castigo leve às privações ligeiras e pequenas humilhações. A disciplina é utilizada de maneira a aplicar punições aos indivíduos que descumprem a normalização estabelecida (FOUCAULT, 2013). O aparecimento do poder do grupo dominante está vinculado às microrrelações sociais sendo que, ainda segundo Foucault (2012), na sociedade há milhares e milhares de relações de poder e, como consequência, relações de forças de pequenos enfrentamentos e micro lutas, exemplificando que há relações de poder impostas entre homem e mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe ou entre os pais e as crianças. Cortés reitera que

desde fins do século XVIII, a cidade começa a ser entendida como lugar de controle, codificação e regulação do conjunto de práticas sociais que nela se realizam, bem como da racionalização de seus espaços a serviço de um projeto global de organização social. (CORTÉS, 2008, p. 53-54)

E afirma ainda que

cada vez mais a cidade contemporânea instaura atitudes e formas de atuação

para organizar e estruturar o controle dos desejos do corpo através de dois aspectos que [...] são básicos: o primeiro, a criação de certos “espaços dóceis”, fáceis de vigiar e controlar; o segundo, o esforço de obter “corpos ausentes” e/ou negados para que o prazer e os desejos desapareçam dos espaços públicos. (CORTÉS, 2008, p. 28)

Esses espaços são capazes de expressar o ideal de uma sociedade, de modo a manifestar ordens e proibições, de maneira autoritária, por meio de uma linguagem que pode ser entendida como se fossem “textos espaciais”, ressaltando que o traçado das casas e cidades tem como base um modelo masculino, como afirma Darke (1998). Para Cortés (2008), o espaço urbano deixou de ser compreendido como algo “natural”, no sentido de dado, para ser compreendido cada vez mais como “político”, no sentido de socialmente construído, e não historicamente institucionalizado, ao mesmo tempo em que as técnicas de ocupação espacial, de invasão e de vigilância são vistas como instrumentos de controle social e individual, com o intuito de estabelecer aos corpos quais as suas possibilidades e limites em sua apropriação.

[...] quando o homem controla e vigia o espaço urbano, faz que seus interesses passem por interesses globais da sociedade e, para tanto, não hesita em apresentar esse espaço como um espaço descorporificado, indeterminado, como se não possuísse nenhum caráter específico, isto é, como se fosse neutro. E mais: nega a todos os setores que não participam da sua maneira de entender a sexualidade ou os gêneros o direito de ser vistos, identificados, representados, pois pretende torná-los invisíveis e silenciosos. E frequentemente conseguem. (CORTÉS, 2008, p. 133)

O cenário público foi considerado, durante muito tempo, com limitações, e até proibições, para quem fugia do padrão de virilidade exigido para sua utilização, sendo assim entendido como território natural da figura do homem viril. Contudo essa figura não é representada por qualquer tipo de homem, e sim o que tinha a virilidade aflorada de maneira a sobressair e se destacar positivamente, visto que qualquer tipo de expressão feminina era (e ainda hoje, é) um valor negativo, de fraqueza e estigma. Dessa maneira, a esses indivíduos viris, era conferida a esfera pública, a liberdade, os locais onde se desenvolve a vida social. Já aos que não se enquadravam a esses padrões, sejam mulheres ou homens

homossexuais, era concedida a esfera privada, junto à negação do acesso ao âmbito público, as áreas fundamentais da sociedade. Essas políticas do espaço possuem objetivos que propõem organização por meio de um firme controle das áreas públicas da cidade e de algumas pessoas sobre outras, acentuando ainda mais as desigualdades e a marginalização social, ao mesmo tempo que impossibilita a integração e a manifestação cultural dos diferentes setores da população (CORTÉS, 2008).

O sujeito neutro do discurso

Tradicionalmente, o sujeito do pensamento, do discurso, da história e do desejo se declara como universal e se consagra como representante único de toda a sociedade. O pensamento produzido por esse sujeito, ilusoriamente universal, ao longo da história, não é neutro, mas sim sexuado. É um conhecimento masculino, onde as mulheres ou qualquer outro sujeito fora desse padrão dominante não se reconhecem. Isso ocorre porque, na sociedade patriarcal, o homem implementou sua identidade masculina cis-heteronormativa dominante como a única possível, negando a todos os outros uma subjetividade própria. A oposição ativo/passivo traz consigo a heterossexualidade como norma, fazendo com que, neste sentido, a homossexualidade seja considerada uma subversão da norma instituída.

La división del trabajo entre hombres y mujeres fue el origen de la distinta concepción y división de los espacios [...] Se trata entonces de repensar el espacio (tanto el público como el privado) para que no esté generado por "roles" establecidos en función de los sexos, sino por opciones individuales, (CEVEDIO, 2004, p. 94)

Normalmente, entende-se o termo privado como relativo a íntimo, pessoal e interior; ele está restrito ao contexto do indivíduo, não o tornando público. Com isso, é facilmente relacionado a sentimentos, afetividade e relações. De outro modo, o termo público possui relação ao explícito, ao comum e ao conhecido. E é associado ao conflito, ao encontro e ao coletivo. As citadas valorações atribuídos a esses espaços dão origem a dois enfoques distintos: o do relacional voltado aos sentimentos, vinculado ao privado, e o da autonomia e dinâmica, ligada à esfera do público. De maneira também binária, desconsiderando qualquer variação tida como "não habitual" da possibilidade de se identificar com outro gênero, esses conceitos normalmente possuem significância distinta se relacionados ao homem ou à mulher. Utilizando dessa lógica, o cenário público foi considerado durante muitos anos, e ainda hoje é, tabu para as

mulheres, sendo entendido como campo natural dos homens, o lugar onde eles podem sobressair-se e destacar-se. De maneira similar, os homens relacionam a esfera privada à liberdade, já as mulheres o vinculam à negação de possibilidade de acesso às áreas fundamentais da sociedade, como afirma Cortés (2008).

[...] o privado, ao ser espaço do refúgio, é também o lugar das relações que não são meramente instrumentais, aparecendo tudo aquilo que é inadequado, inoportuno, inconveniente ou vergonhoso, tudo aquilo que não convém mostrar aos estranhos, pois nos converte em indivíduos fracos e vulneráveis. A casa particular constrói e reflete nossa identidade social e é o ponto de conexão entre a vida emocional e sexual e a vida política e econômica, além de ser o lugar em que se reproduzem as relações de classe e/ou gênero. [...] Para muitas pessoas, é um lugar onde a distribuição espacial produz e provoca a materialização das relações de domínio e poder; um lugar onde, frequentemente, se desenrolam a violência física e/ou psicológica contra o mais fraco, a opressão de gênero ou as violações sexuais. (CORTÉS, 2008, p. 80)

Dovey (1999, p. 45) escreve que "o entorno construído é um meio primário para as técnicas de estabelecimento, legitimação e reprodução de ideologia em todos os níveis, da casa à cidade". Com isso, é possível concluir a arquitetura e urbanismo não são arbitrários ou inocentes, ao contrário disso, eles são uma forma de legitimação e reprodução de certo ponto de vista e ideologia de determinado grupo social.

A arquitetura, a construção de entornos urbanos, é uma forma de representação que se compõe de imagens e textos; são criações culturais, dado que tanto o processo de construção como as formas traçadas expressam valores ideológicos e acarretam normas de comportamento e relação que dotam a realidade urbana de conteúdo muito específico. Um conteúdo que, na maioria das vezes, costuma responder à uma subjetividade dos homens brancos, misóginos e heterossexistas, que, além

de tudo, possuem um certo poder econômico, têm veículo próprio, são independentes, não envelhecem nem necessitam de ajuda. Quer dizer, um arquétipo de habitante bastante minoritário e que é estático, não evolui. Uma aposta ideológica que consegue tornar invisíveis as mulheres e os diversos setores sociais minoritários e que, em contrapartida, se quer interpretar como uma proposta “neutra” e ótima para o conjunto da sociedade. Sem dúvida, quanto mais parte de uma minoria ou menos produtivo alguém for (desempregado, sem documentação legal, etc.), muito mais discriminado, apartado e ausente se sentirá desse projeto “para todos”, que conta com bem poucos. (CORTÉS, 2008, p. 142)

Assim, Cortés (2008) conclui que a arquitetura em geral e a casa particular assumem o aspecto e a função de um dispositivo de manutenção da ordem social. De maneira complementar, Debord (2000) afirma que a organização da cidade moderna tem como objetivo ininterrupto a preservação do poder da classe dominante, mediante o isolamento da população, algo que se revelou uma forma de controle muito eficaz. Foucault (2013) confirma que a arquitetura atua como um instrumento repressivo e autoritário que imprime sobre os corpos um inflexível controle social, sendo essas características advindas de um lógica patriarcal, centrada em um espaço urbano que olha, controla e vigia, que possui objetivos disciplinares que pretendem o adestramento dos corpos por meio de ordens distintas, como a família, a moral estabelecida, o poder político e econômico e o simbolismo e a liberdade seletiva do predomínio falocêntrico, que procura dominar e controlar o espaço.

Pretende-se, assim, obter uma homogeneização racional da cidade, uma nítida divisão entre vida pública e privada, bem como a criação de espaços pretensamente assépticos e puros, onde os corpos possam ser submetidos à disciplina da banalização e ao controle de seus desejos. (CORTÉS, 2008, p. 29)

A arquitetura tradicional manteve reprimida a sexualidade no espaço e o conservou esterilizado como uma economia técnica sob o controle do mito da arquitetura projetista. O espaço urbano estabelece, em sua distribuição, utilização, transferência e simbolização, hierarquias e prioridades que favorecem determinados valores e anulam outros,

conforme a ordem patriarcal imposta sócio historicamente. Assim, Cortés (2008) afirma, com base em estudos de Diana Agrest, Beatriz Colomina, Linda McDowell e Jane Rendell, que o trabalho e as atividades masculinas, assim como suas necessidades e prioridades, são os responsáveis por organizar e planejar a cidade, adaptando-a aos movimentos, tempos e desejos da masculinidade. Ainda mais, omitem as experiências e necessidades que não provem desse desejo.

Tudo isso é feito com o intuito de que o homem viril (e somente esse) aproprie-se do espaço urbano, o controle, o vigie e o produza. Desse modo, esse urbanismo faz parecer que haja a existência de apenas um corpo, uma sexualidade e um gênero: o majoritário, que se deseja passar como único, como experiência universal e abrangente. O desenho arquitetônico e a organização espacial, por meio de códigos, símbolos e convenções, ajudam a construir uma representação das relações de gênero que apresentam e evidenciam os privilégios e a autoridade masculina, fazendo com que essa seja entendida como algo natural. Como explica Cortés (2008, p. 32), “não é que o espaço contenha as identidades de gênero, mas este é um elemento que faz parte delas”.

Baseado em pensamentos de Cortés (2008), pode-se dizer que as concepções arquitetônicas e urbanísticas mais tradicionais confiaram no levantamento arquitetônico, baseando todas suas opções em supostos projetos profissionais de caráter técnico (de conteúdo geométrico ou espacial), com a finalidade de evitar abordar as diferenças existentes entre os sujeitos – seja ela de tipo social, sexual ou de gênero – ou que essas “contaminem” sua prática e teoria. Dessa maneira a expressão de uma geometria autoritária sustentada por um pensamento patriarcal e hegemônico, que reproduz a subordinação do feminino e nega as diferenças sociais e a existência espacial das minorias é evidenciada. O que inicialmente se apresenta como decisões puramente econômicas e pragmáticas, revela, a posteriori, o entendimento da cidade como um território para ser ocupado pelos setores majoritários e de trânsito para as minorias.

[...] a cidade planejada pelos arquitetos e urbanistas vinculados ao poder se opõe à cidade praticada pelos indivíduos que a usam no dia-a-dia e que lhe conferem conteúdo com seus atos cotidianos, visto que cada grupo social necessita encontrar espaços e lugares, signos e sinais com os quais se identificar e reforçar a própria identidade. (CORTÉS, 2008, p. 123)

Os diversos espaços existentes na cidade possuem diferentes significados, representando relações de poder variadas, portanto não existe espaço sem uma relação de poder, podendo esse apenas variar com o tempo. Assim como a produção da teoria da arquitetura, o

espaço não é neutro, pois esse se trata de uma construção cultural advinda de relações de poder, sendo que, como escreve McDowell (2000, p. 15), “os espaços surgem das relações de poder; as relações de poder estabelecem as normas; e as normas definem os limites, que são tanto sociais como espaciais, porque determinam quem pertence a um lugar e quem permanece excluído”. Tendo isso claro, o técnico responsável pelo planejamento urbano pode favorecer o convívio das diferentes realidades que se apropriaram de determinado espaço ou criar espaços excludentes, gerando isolamento e segregação. Por isso, ele deve ter sempre em consideração que os diversos atores sociais não se apropriam da mesma maneira da cidade. Um rico empresário, um homem em situação de rua, uma deficiente visual, um jovem gay, uma lésbica e uma mulher grávida não vivenciam a cidade da mesma maneira, sendo que, alguns desses atores, necessitam de mais ou menos intervenções para que possam apropriar-se dela de maneira mais igualitária, uma vez que cada um construiu uma vivência e subjetividade própria.

São, portanto, a soma e a disputa entre todas essas possíveis cidades que configuram a “cidade” em que vivemos. Assim, é preciso tentar desconstruir essa visão da cidade como um espaço neutro e sem história, na qual é subjacente uma concepção atemporal e deslocalizada que tem a pretensão de criar categorias universais de validação. Essa ideia implica uma falta de percepção das diferentes identidades e das diferenças entre elas, ao mesmo tempo que é uma aposta decidida na globalidade e na universalidade, valores profundamente masculinos. (CORTÉS, 2008, p. 32-33)

Cortés (2008) explicita que a arquitetura tem a capacidade de recriar um jogo imaginativo pelo qual pode refletir nossos sonhos (identidade, sexualidade, imortalidade, etc.) e nossos medos (violência, segurança, diferença, etc.), e dependerá dela a maneira com que se relacionará com o espaço, oferecendo conforto ou intimidação. Todo elemento presente no entorno construído ajuda a estabilizar uma ordem e uma identidade espacial, não expressando em si opressão ou libertação, mas condicionando as diferentes formas de prática social, sendo inevitável o envolvimento de autoridade e capital simbólico nesses. As formas urbanas são, como o autor afirma, os espelhos sociais pelos quais ajudam a construir e a transformar a realidade urbana, tornando inevitável a cumplicidade da arquitetura com as formas de poder.

[...] ao contrário do que parece, o espaço não é homogêneo nem apolítico, tampouco pode ser concebido em si e para si mesmo, mas

é produto da história, um lugar de reencontro dos aspectos materiais, financeiros, culturais, etc. O espaço, mais que uma condição prévia (um lugar), é o resultado de uma atividade, portanto possui uma dimensão temporal. É produto social que não aparece estático, pois à sua maneira, é criador e criação de um conjunto de relações dialéticas em permanente transformação e nas quais intervém de modo incisivo. (CORTÉS, 2008, p. 21)

No caso dos homossexuais, a tentativa de evitá-los no espaço público é provinda de um desejo de reduzir riscos, especialmente o de encontrar com o “outro”, com o diferente, evitando, ao máximo, qualquer tipo de estranhamento ou possíveis conflitos sociais. Ao possibilitar a eles o convívio nesses espaços, o restante da população corre o risco de ter que encarar a diferença, o ser heterogêneo. Assim, ao reivindicar que determinada parte da população não ocupe um determinado espaço, entende-se que esses pertencem a um sujeito pré-estabelecido, ou seja, são dotados de certa homogeneidade em seu planejamento.

O espaço público deixa de ser um lugar de encontro e de fomento da vida social, tornando-se algo relacionado à regulação estrita, em que tudo esteja ao alcance da visão, sendo possível de ser controlado, onde o indivíduo sente-se seguro e considere garantida tal segurança pela ausência dos “corpos estranhos”, do encontro com o diferente e da homogeneização do espaço urbano.

Reflexões finais

Ao longo das ideias apresentadas neste trabalho é possível perceber a necessidade do entendimento da cidade por meio da diversidade de atores ali presentes, suas diferentes condições, limitações e construções simbólicas e materiais, bem como o entendimento do poder simbólico presente no espaço urbano. É importante ressaltar que as pessoas são elementos que interagem diretamente com o espaço urbano e que, ao mesmo tempo, produzem e são produzidas por ele. O espaço somente adquire seu significado integral, uma vez que o corpo produz espaço, vive em um espaço, faz parte desse espaço, situa-se nele e o percebe à sua volta.

É possível perceber que há a necessidade de uma maior abrangência dos planos urbanos, de modo contemplar todos os atores da sociedade, não tendo um padrão como modelo, de modo que a cidade seja uma projeção de toda a sociedade e não de parte dela. Os debates pelo direito à cidade para os grupos minoritários aqui abordados

incluem diversas dimensões, sendo essas semelhantes às que regem o direito à cidade já tão estudado: a dimensão política, a simbólica e a material. Pode-se destacar que “as conflituosas questões de gênero devem ser enfrentadas por homens e mulheres para que as mudanças na mentalidade e cultura possa garantir a produção de espaços urbanos mais acolhedores [...]” (CASIMIRO, 2017, p. 10). De forma mais enfática, Marques (2017) afirma que o urbanismo deve ser feminista.

Ser feminista não significa ser feito apenas por mulheres, mas remete à necessidade de combate aos padrões que oprimem, que não respeitam as diferenças. São padrões que estabelecem que o homem [cis]heteronormativo é superior, e por isso permite que as regras sejam elaboradas a partir desse ponto de vista. Compreender que as diferenças de gênero acarretam diferentes demandas nas formas de ocupação da cidade – e especialmente que as mulheres não compõem um grupo uniforme, mas que é preciso considerar a interseccionalidade que contempla a diferença entre gênero, [sexualidade], classe e raça – traz à tona a importância do território na cidade, onde sabem que há zonas onde as leis são mais ou menos respeitadas, a depender de quem as ocupa. (MARQUES, 2017, p. 85)

Há grande necessidade de desconstrução do sujeito universal, uma vez que nosso pensamento está condicionado dentro de uma estrutura ideológica da cultura ocidental, burguesa, patriarcal e cis-heterossexista, que institui o sujeito masculino estruturado como gênero normativo. Devido a esse fato, a masculinidade se institui com a autoridade visual, ao passo que a feminilidade é relegada a lugares sem poder, fazendo com que a distribuição espacial do olhar ressalte os privilégios culturais do homem.

Como afirma Cortes (2008), é certo dizer que entre a arquitetura e os gêneros se estabelece uma difícil e complexa interdependência, pois ambos são produções culturais e, como tal, são consequências de uma época histórica determinada e, com isso, são suscetíveis de modificação ao longo do tempo. É por meio da segregação espacial que o grupo com mais poder perpetua sua vantagem, uma vez que por meio do espaço se controla o acesso ao conhecimento e aos mecanismos de decisão e prestígio. Deve se ter em conta que “tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, porque eles são, a um tempo, juiz e parte” (BARRE apud. BEAUVOIR, 1970, p. 17). Sendo assim, é fundamental o desvio do olhar que está condicionado por um sistema patriarcal, no qual o sujeito padrão ostenta o papel de criador, proprietário e expectador.

Referências

- ANJOS**, Gabriele dos. Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 2, n.4, p. 274-305, jul/dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n4/socn4a11>>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- BEAUVOIR**, Simone de. O segundo sexo: Fatos e mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Trad. Sérgio Milliet
- BELO HORIZONTE**. Lei nº 7.166, de 27 de agosto de 1996. Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no Município, Belo Horizonte, MG, ago. 1996. Disponível em: <<https://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/237741/lei-7166-96>>. Acesso em: 18 nov. 2018.
- BOURDIEU**, Pierre. A dominação masculina. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. Trad. Maria Helena Bertrand.
- BOZON**, Michel. Les significations sociales des actes sexuels. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 128, p. 3-23, jun. 1999.
- BUTLER**, Judith. El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad / Judith Butler. Barcelona, Paidós, 2007. Trad. Maria Antonia Muñoz
- BUTLER**, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 2003. Trad. Renato Aguiar.
- CASIMIRO**, Lígia Maria Silva Melo de. As mulheres e o direito à cidade: um grande desafio no século XXI. In: Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. *Direito à cidade: uma visão por gênero*. São Paulo: 2017. p. 07-11.
- CEVEDIO**, Mónica. *Arquitectura y Género: Espacio público / espacio privado*. Barcelona: Icaria, 2004. 102 p.
- CORTÉS**, José Miguel G. Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008. Trad. Silvana Cobucci Leite
- DARKE**, Jane. La ciudad modelada por el varón. In: BOOTH, Chris; DARKE, Jane y YANDLE, Susan (Coord.). *La vida de las mujeres en las ciudades: la ciudad, un espacio para el cambio*. Madrid: Narcea, 1998. p. 115-130.

DEBORD, Guy. *Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. Trad. Estela dos Santos Abreu.

DEL VALLE, Teresa. *Andamios para una nueva ciudad: lecturas desde la antropología*. Madrid: Cátedra, 1997.

DUARTE, Fábio. *Planejamento urbano [livro eletrônico] / Fábio Duarte*. – Curitiba: Ibpex, 2013. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/17035497/planejamento_urbano_-_fabio-duarte/39>. Acesso em: 12 ago. 2019.

DOVEY, Kim. *Framing Places: mediating power in build form*. Londres/Nova York: Routledge, 1999.

DURÁN, María Ángeles. *La ciudad compartida: conocimiento, afecto y uso*. Santiago de Chile: SUR, 2008.

GREEN, James Naylor. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. Trad. Cristina Fino e Cássio Arantes Leite

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. Trad. Raquel Ramallete.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução Raquel Ramallete*. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. Trad. Raquel Ramallete.

MARQUES, Sabrina Duringon. *Cidade, serás feminista!*. In: Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. *Direito à cidade: uma visão por gênero*. São Paulo: 2017. p. 79-87.

MASSEY, Doreen B. *Space, place and gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MCDOWELL, Linda. *Género, identidade y lugar: un estudio de las geografías feministas*. Madrid: Cátedra, 2000.

MOLINA PETIT, Cristina. *Género y poder desde sus metáforas. Apuntes para una topografía del patriarcado*. In: *Del sexo al “género”: los equívocos de un concepto*. Madrid: Cátedra, 2003. p. 123-160.

MONTANER, Josep Maria. *Arquitectura e política: ensaios para mundos alternativos / São Paulo: Gustavo Gili, 2014.*

NOVAS, María. *Arquitectura y Género: una reflexión teórica*. 2014. 77 p. Trabajo Fin de Máster (Máster Universitario en Investigación Aplicada

en Estudios Feministas, Género y Ciudadanía) – Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Universitat Jaume I, Castelló de La Plana, 2014. 1.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; **CARDOSO**, Aduino Lúcio. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. *Espaços & Debates*, São Paulo, n. 37, 1994, p. 77-89.

RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. In: **GELP**, Barbara C. & **GELP**, Albert (Editores). *Adrienne Rich's Poetry and Prose*. New York/London: W. W. Norton & Company, 1993.

RIVERA GARRETAS, María-Milagros. Nombrar el mundo en femenino: pensamiento de las mujeres y teoría feminista. Barcelona, Icaria, 1994, 264 p.

SENNETT, Richard. Carne y piedra: el cuerpo y la ciudad en la civilización occidental. Madrid: Alianza, 1997.

SILVA, Joseli Maria et al. O corpo como elemento das geografias feministas: um desafio para a análise no Brasil. In: **SILVA**, Joseli Maria; **ORNAT**, Márcio José; **JUNIOR**, Slides Baptista Chimin. *Cartografias feministas: Corpos, sexualidades e espaço*. 1. ed. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013. p. 85-142.

VIEIRA, Claudia Andrade. *Imagens reveladas, diferenças veladas: relações de gênero na dinâmica do espaço público na cidade do Salvador, Bahia / Claudia Andrade Vieira*. – Salvador, 2013.

***Rogério Lucas Gonçalves Passos** é Arquiteto e Urbanista formado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Mestrando em Geografia na mesma instituição. Possui Graduação Sanduíche em Fundamentos de Arquitectura pela Universidad del País Vasco – Espanha (UPV/EHU). Atua no desenvolvimento de estudos e relatórios de análise de impactos urbanísticos e ambientais. Colaborador no Programa Polos de Cidadania, Núcleo Acaba Mundo, e na Divisão de Assistência Jurídica, ambos vinculados à Faculdade de Direito da UFMG.